

COOPERAÇÃO IMPOSTA PELA HISTÓRIA

— Primeiro-Ministro Pinto Balsemão

N. 29/16/82 p. 5
Notícias, Maputo, 29 de Junho de 1982, pág. 5

O Primeiro-Ministro de Portugal Pinto Balsemão, ao intervir no banquete de Estado que lhe foi oferecido pelo Presidente Samora Machel, na noite do passado domingo pronunciou o seguinte discurso:

Senhor Presidente,

Quero, primeiro em meu nome e em nome de toda a comitiva, agradecer as boas-vindas de Vossa Excelência e a recepção que Vossa Excelência, o Governo da República Popular de Moçambique e o Povo Moçambicano, nos têm dispensado. São momentos que não esqueceremos mais.

Agradeço também os termos em que Vossa Excelência se referiu ao meu Governo e transmitirei a Sua Excelência o Presidente da República as palavras de apreço que Vossa Excelência lhe dedicou.

Comoveu-me particularmente a sua apreciação do Doutor Francisco Sá Carneiro. Sabia já como a sua trágica morte foi sentida por Vossa Excelência e é com emoção que constato que a memória do seu trabalho pela aproximação entre os nossos dois países perdura em Moçambique.

Como seu companheiro de luta e de viagem política, sinto-me orgulhoso do reconhecimento que esta evocação representa, pois ela se reflecte directamente ao nosso Partido e na coligação governamental que hoje me cabe liderar.

Na verdade, Senhor Presidente, se é indiscutível que a vontade de reforçar as relações com Moçambique representava um intenso e íntimo desejo do Povo Português, poder-se-á recordar neste momento que foi o Executivo presidido pelo Dr. Francisco Sá Carneiro que teve a lucidez e o talento de transformar corajosamente a vontade em acção.

Este caminho então aberto tinha ainda uma característica que lhe dava, e deu, uma consistência muito especial, já que tinha como infra-estrutura uma perspectiva de duração que permitia uma projecção harmónica e gradual; permitia que o mesmo grupo a planeasse e executasse numa extensão tal que a tornasse numa realidade irrevocável.

Disso, Senhor Presidente, é exemplo o caminho já percorrido e o que está já traçado e que se pode antever.

Seja-me permitido recordar aqui alguns dos marcos mais significativos deste percurso.

No fim de Outubro de 1980, uma delegação do Banco de Portugal esteve em Maputo e acordou com o Banco de Moçambique o estabelecimento de linhas de crédito, preen-

chendo, assim, uma lacuna que dificultava a aquisição, por Moçambique, de bens e serviços portugueses.

Em Março de 1981, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Popular de Moçambique visitou Portugal a convite do seu colega português. As conversações então travadas permitiram que se iniciasse um diálogo político real entre os nossos dois Governos.

Em Maio desse ano, uma delegação portuguesa, presidida pelo então Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, esteve em Maputo e, após uma semana de intenso trabalho, acordou com a delegação moçambicana, presidida pelo então Vice-Governador do Banco de Moçambique, um protocolo que estabeleceu o quadro geral, no qual a nossa cooperação continuaria a inscrever-se por muitos anos.

Assim, desde há cerca de um ano, estavam assentes as bases seguras das nossas relações. Estão a Estado, quer políticas, quer económicas. Em pouco mais de seis meses avançámos mais do que em pouco mais de seis anos.

Em Novembro passado, a visita de Sua Excelência o Presidente da República Portuguesa ilustrou de maneira eloquente a aproximação que se verificaria entre nós e pôs o seu alto selo institucional nessa aproximação. A carga emocional e simbólica desses dias não terá escapado a nenhum observador e contribuiu para desfazer algumas reservas que ainda então perturbavam as relações entre os dois Estados independentes e soberanos.

Senhor Presidente,

O respeito pela História dos Povos — mesmo quando foram diferentes ou até transitoriamente adversos os respectivos percursos — é uma norma essencial da convivência entre as Nações. Portugal, um dos Estados mais antigos da Europa, conheceu desde sempre, pelas suas diversificadas experiências históricas, a profunda verdade deste princípio que ensina que o respeito por nós próprios começa pelo respeito da identidade alheia.

Assim o entendemos hoje neste novo ciclo da vida da Nação Portuguesa. Assim o reafirmamos neste momento, ao recordarmos com tristeza as vidas portuguesas aqui perdidas num período recente e felizmente ultrapapa-

sado do nosso viver comum, muitas delas sacrificadas ao arripio das mais antigas tradições de convivência da História Portuguesa.

Foi esse um doloroso episódio do nosso longo viver comum, mas o que importa sublinhar é que ele não impediu que hoje aqui nos encontremos no plano de amiga igualdade e respeito mútuo que é única base do relacionamento sólido a que aspiramos.

É esse afinal o sentido profundo da minha comovida homenagem aos Portugueses mortos em Moçambique na cerimónia simples que para esse efeito efectuaremos.

Somos agora dois países soberanos, unidos por relações fraternas, que desejam cooperar entre si no cumprimento de uma vontade que não são apenas os governantes a definir mas sim a própria História a impor.

Dias depois da comemoração do 7.º Aniversário da Independência de Moçambique, em resposta ao honroso convite de Vossa Excelência, verificou-se a primeira visita ao mais alto nível do Governo português.

Esta visita entendida como devendo ser, essencialmente, uma visita de trabalho, concentrando-se nos aspectos políticos, económicos e técnicos mais importantes das relações entre Moçambique e Portugal a que o Governo que dirijo deseja prestar cuidado muito especial, consciente como está das responsabilidades que lhe cabem neste campo.

Nos dias que vão seguir-se as nossas delegações irão debruçar-se sobre muitos assuntos de interesse mútuo, desde a cultura até às finanças. As relações culturais, a comunicação social, a indústria, a agricultura, o comércio e pescas, são matérias incluídas nas várias agendas deste encontro. Não vou antecipar-me a tais trabalhos. Julgo, todavia, ser este o momento para uma reflexão de carácter geral sobre as relações entre os nossos dois países.

As nossas relações partem hoje de uma visão clara do que somos, Moçambique e Portugal, quer a nível de povos, quer a nível de Governos, quer a nível de projectos.

Daqui resulta a possibilidade de um diálogo em que cada parte conheça bem o conteúdo de cada termo utilizado e o significado da totalidade de cada discurso.

Neste quadro é possível desenvol-

ver uma relação de respeito mútuo e ajustar ao nosso tempo o produto de uma convivência de séculos e de um conhecimento recíproco que temos obrigação de fortificar.

Por outro lado, existe entre os nossos dois países um equilíbrio que permite que seja uma realidade e não um mero eufemismo dizer que a cooperação tem de conduzir a vantagens mútuas.

No nosso caso as vantagens logo se projectam no presente ou a curto prazo, na consideração recíproca e franca dos interesses económicos e políticos dos dois países.

Acresce que, resultando a cooperação de Portugal da expressão política de uma vontade nacional, os bens e serviços prestados, a qualidade dos equipamentos e a dedicação dos empresários, dos técnicos e dos cooperantes, garantem a solidez dos resultados e assentam novas bases para novos empreendimentos comuns.

Pela nossa parte a cooperação Portugal-Moçambique é um projecto que não tem limite no tempo, e que transcende líderes políticos, para assentar no plano institucional e na realidade que é a aproximação crescente e irreversível entre os dois povos.

Cremos ser esse, também o entendimento moçambicano.

É firme a nossa convicção de que da junção das nossas forças, colheremos ambos os consideráveis benefícios que os nossos povos esperam.

Senhor Presidente,

Nem Portugal nem Moçambique estão sozinhos no Mundo.

Moçambique pertence ao Movimento dos Não-Alinhados e é um dos parceiros da SADCC — Portugal é membro da Aliança Atlântica e aderirá em breve às Comunidades Europeias. As distâncias geográficas, a diversidade das inserções económicas e as diferenças de filosofias políticas não têm, porém, constituído impedimento a uma lucida avaliação, por ambas as partes, das vantagens que cada um dos nossos Estados pode recolher das relações com o outro. Mas porque não estamos sozinhos, há problemas internacionais que nos afectam e preocupam. Falando esta noite em Maputo, é natural que comece pela África Austral.

As posições de Portugal perante os principais problemas da região são claras e conhecidas. Na questão da Namíbia, apoiamos a Resolução 435 das Nações Unidas e os esforços de mediação que, com base nela, o Grupo

de Contacto tem empreendido. Nas últimas semanas, esses esforços e os esforços dos Países da Linha da Frente, chegaram a resultados que nos permitem alimentar esperanças de uma independência mais rápida do que, há algum tempo, se teria julgado possível.

Temos condenado, e continuaremos a condenar, inequivocamente, porque isso se choca com o património moral do Povo Português, todas as formas de racismo. Temos condenado, e continuaremos a condenar inequivocamente as violações da integridade territorial dos países desta área, como condenaremos sempre agressões ou tentativas de perturbação interna da vida de qualquer país, fomentada do exterior.

É nossa convicção que só no respeito integral pela soberania de cada Estado e pelos projectos de desenvolvimento que esses Estados entendam estabelecer entre si, a região poderá vir a conhecer paz e prosperidade.

Os problemas não são simples e a sua solução não será rápida, Portugal mantém relações com a generalidade dos países desta parte do mundo e tem procurado continuar a procurar sempre contribuir para que a justiça e a razão prevaleçam, não perdendo de vista a multiplicidade dos interesses a ter em conta e a prioridade dos valores a salvaguardar.

Da mesma forma não poderemos deixar de neste momento referir o presente agravamento da situação no Mé-

dio Oriente, provocado pelas operações militares israelitas no Líbano.

Também aqui estamos convictos que apenas o respeito integral pela soberania de cada Estado e pelos direitos nacionais dos povos será possível alcançar uma solução justa e duradoura. Não podendo aceitar o recurso à força como meio de dirimir conflitos — e ligado ainda à nação árabe por antigos laços de cultura e história — Portugal já exprimiu com clareza a sua condenação e a necessidade de restabelecer com urgência a paz e a soberania no Líbano.

Referiu-se, Vossa Excelência, também, ao problema de Timor-Leste.

Nas Nações Unidas e fora delas, Portugal tem fomentado e apoiado iniciativas diplomáticas tendentes a permitir ao Povo Maubere o exercício do seu direito à independência. Exercício que a ocupação Indonésia está agora tem impedido.

Assumimos a nossa responsabilidade histórica e as nossas obrigações políticas e jurídicas. Mas, por razões óbvias, os meios ao nosso alcance são limitados.

Continuaremos a insistir até ao esgotamento desses meios.

Deu Vossa Excelência realce à deterioração das relações internacionais em geral e ao efeito adverso dessa deterioração para a paz que todos desejamos ver estabelecida e sem a

qual o progresso e a felicidade dos povos se vêem prejudicados.

E embora possam ser diferentes a visão do Mundo e os caminhos que nele escolhemos, são idênticas as nossas aspirações de Paz e Progresso.

Estamos de acordo sobre a existência dos males, e mesmo que o diagnóstico e terapêutica que para eles preconizamos não coincidam, respeitamos mutuamente as opções diferenciadas que assumimos.

Ser-me-ia mesmo possível traçar um panorama da cena internacional em que ressaltariam problemas que parecem causar-nos maior preocupação do que a de Moçambique, e que a nossos olhos acarretam riscos graves para a estabilidade do Mundo em que vivemos.

Não vou, porém, fazê-lo. O que nos une é mais importante do que aquilo que nos diferencia.

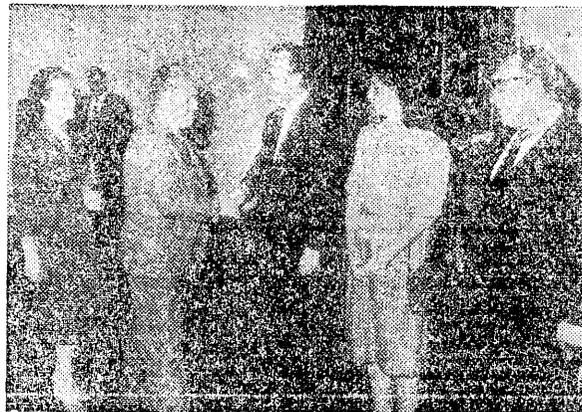
O interesse, de lado a lado, em desenvolver e aprofundar as relações bilaterais sobrelava a quaisquer diferenças de ideologia política e as posições tomadas por cada um de nós nas relações com terceiros.

Estes dois aspectos não são, de resto, completamente independentes um do outro. A qualidade e as características das relações entre Portugal e Moçambique acabam necessariamente por se projectar nas relações de outros Estados conosco. Do mesmo modo que qualquer de nós, nas suas relações, tem respeitado também a globalidade dos seus respectivos interesses e compromissos internacionais.

Senhor Presidente,

A amizade entre os nossos povos é um dado irrecusável, e por isso, é muitas vezes referida em momentos como este que agora aqui vivemos. Só, porém, realiza o seu potencial de benefícios mútuos quando os Estados e Governos a favorecem e estimulam. A normalidade das relações Estado a Estado — trabalhando em comum, onde há coincidência de interesses e respeitando-se mutuamente, quando esses interesses divergem — caracteriza agora as relações entre os nossos dois países. Por isso, estamos todos aqui esta noite e vamos, nos próximos dias, abordar o muitos assuntos que constituem a agenda deste encontro.

Resta-me, Senhor Presidente, levantar o meu copo e propor um brinde pelas felicidades pessoais de Vossa Excelência e da Senhora D. Graça Machel, pela prosperidade do Povo Moçambicano e pela amizade entre os nossos dois países.



O Corpo Diplomático acreditado em Maputo, apresentou ontem cumprimentos ao Primeiro-Ministro da República Portuguesa